

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

PELAS PESSOAS, A NOSSA CAUSA

PRIMEIRO SUBSCRITOR E
CANDIDATO A PRESIDENTE
DO PS MADEIRA



**PAULO ALEXANDRE
NASCIMENTO CAFÔFO**



PS
MADEIRA

Caras e caros Camaradas,
Caras Amigas e caros Amigos,
Caras e caros Madeirenses e Porto-santenses,

É com muita honra, mas, sobretudo, com um profundo sentido de missão que apresento a minha candidatura à liderança do PS Madeira.

Faço-o porque a Madeira é a causa da minha vida. Assumi esse compromisso com a minha terra há já muitos anos, bem antes de me imaginar na vida política. Desde bastante jovem que a minha vida é marcada pelo empenho cívico, movido por um só desejo: servir a Madeira e fazer mais e melhor pelos Madeirenses e Porto-santenses.

O meu compromisso inabalável com a Madeira vem dessa época. E ganha mais força quando olho para os meus filhos, já crescidos, que muito provavelmente não farão vida na Madeira por falta de oportunidades. Pois, nos meus dois filhos vejo os filhos de todos os Madeirenses e Porto-santenses que foram obrigados a abandonar a nossa terra à procura de uma vida melhor.

Este sentimento, comum a tantos pais e mães da nossa Região, dá-me ainda mais força para liderar esta luta pelo futuro da Madeira.

Aqueles que, como eu, tentam, desde sempre e em condições muito adversas, mudar a Madeira merecem que eu dê tudo o que tenho por esta mudança.



Paulo Cafôfo

ÍNDICE

PELAS PESSOAS

06

Desenvolvimento Solidário	10
Economia e Rendimentos de futuro	11
Sustentabilidade	12

CONCERTAÇÃO, COOPERAÇÃO E COMPROMISSO

13

Enfrentar os desafios políticos com frontalidade	15
--	----

AUTONOMIA PARA O PRESENTE E FUTURO

17

Uma Região alinhada com as prioridades Europeias	19
Lei das Finanças Regionais e Estatuto Político-Administrativo	20
A importância das Comunidades Portuguesas	22



O NOSSO PARTIDO

26

Concelhias e Secções	27
Mulheres Socialistas – Empoderamento e Igualdade	27
Juventude Socialista – para uma Região de oportunidades	28
Núcleo das Comunidades	29
Tendência Sindical	30
Academia PS e Gabinete de Estudos	31
Coordenação Parlamentar	31
Coordenação Autárquica	32

MADEIRA, A NOSSA CAUSA

33



PELAS PESSOAS

A Madeira necessita de uma nova visão de desenvolvimento, coesão económica e social.

A nossa principal missão é, ao longo dos próximos quatro anos, apresentarmos um programa político a todas e todos os Madeirenses e Porto-santenses que reflita novas formas de fazer política, programas económicos inovadores e políticas sociais e de sustentabilidade que vão ao encontro dos princípios que defendemos.

Queremos uma Região com melhores salários e melhores rendimentos.

Queremos uma Região onde não haja desigualdades.

Queremos uma Região onde os jovens tenham emprego e oportunidades.

Queremos uma Região com qualidade de vida para todos e não apenas para alguns.

Os últimos anos foram de enorme exigência social e económica, tendo a população enfrentado enormes provações, em particular durante a pandemia de COVID-19.

Quando pensámos que se iniciaria um período de recuperação económica, deflagra a guerra na Ucrânia, que teve como consequência principal o aumento geral dos preços, seja de matérias-primas seja dos bens básicos consumidos pelas pessoas. Esta situação de elevada inflação levou por seu turno ao aumento das taxas de juro por parte do Banco Central Europeu, com consequências no aumento das prestações dos empréstimos à habitação.

A Madeira é, neste momento a Região com os piores índices de pobreza e rendimentos do País, evidenciando problemas estruturais no modelo económico seguido e padecendo das condicionantes que a situação de ultraperiferia por si só acarreta.

É inaceitável que a Região Autónoma da Madeira tenha uma taxa de risco de pobreza e exclusão social de 30,2%, mais de 10 p.p. superior à média nacional. Isto significa que cerca de 70 mil Madeirenses vivem com rendimentos anuais inferiores a 6.608 Euros, que corresponde a 60% do rendimento monetário líquido por adulto no País.

Antes da pandemia por COVID-19, em 2019, a Madeira era a segunda região do País com o menor rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem, com um valor de 804 Euros. Os Açores tinham 798 Euros, a média no continente era de 914 Euros (dados do INE).

Em 2022, em termos comparativos a situação mudou para pior. A Madeira é, neste momento a região do País com o menor rendimento médio mensal líquido, com 889 Euros, quando nos Açores se situa nos 918 euros. A média nas regiões do continente aumentou para 1017 Euros. Uma diferença de rendimentos mensal substancial.

Aliado à taxa de pobreza, somos a região do País com menor poder de compra, uma situação impensável, tendo em conta a nossa Autonomia política, a nossa política orçamental autónoma e os fundos estruturais da União Europeia que são geridos exclusivamente pelo Governo Regional, tendo em conta as suas prioridades.

Um novo ciclo inicia-se com esta candidatura.

Numa Região onde nunca houve alternância democrática, temos orgulho na resiliência dos nossos militantes e apoiantes, cidadãos Madeirenses e Porto-santenses, que, de forma crítica e construtiva, desejam uma verdadeira mudança política.

Não somos indiferentes à miserável realidade que vivem muitos dos nossos conterrâneos, em ciclos de pobreza que não se rompem. Realidade que desmotiva muitos jovens, conduzindo-os ao abandono escolar precoce, 9,4 % é a taxa de abandono precoce de educação e formação do último ano, acima da média nacional (6,9%).

Não somos alheios à forma como o berço onde nasce uma criança na Madeira determina ainda o seu futuro. A Constituição da República Portuguesa não se concretizou para todos de igual forma. Na Madeira, não estamos bem e não fazemos bem, com a atual taxa de risco de pobreza e exclusão social e quando existe um crescente número de famílias a aguardar habitação social (4.300 famílias registadas no IHM) ou uma crescente porção da população que não tem capacidade de endividamento para adquirir a sua própria habitação.

Para quem estão reservadas as oportunidades na Madeira? Certamente que não estão orientadas para uma classe média que diariamente trabalha para a esperança de um futuro melhor para si e para os seus filhos.

As famílias estão asfxiadas pelas políticas regionais adotadas de forma viciada durante anos e anos de governação do regime do PSD Madeira.

Desejamos novos ciclos de oportunidades, qualidade de vida, acesso à saúde, ao trabalho e à educação de forma equitativa e equilibrada. Em cada momento que se rompe com o ciclo de pobreza de um Madeirense, ganha toda a Madeira, em prol da prosperidade, do crescimento económico e da justiça social.

A má gestão dos instrumentos financeiros disponíveis à nossa Autonomia, sendo uma região ultraperiférica e com elevada taxa de risco de pobreza, apenas tem resultado no aprofundamento das desigualdades e assimetrias.

Queremos ser referência de desenvolvimento e de terra de inúmeras possibilidades, onde não cabe o discurso de vitimização, que procura justificar o atual insucesso da governação regional. Queremos uma verdadeira Autonomia, e não ser mendigos de ajuda alheia e externa. Só assim é que verdadeiramente poderemos decidir o futuro e destino da nossa Região.

Se a Madeira se infraestruturou nas últimas décadas, num investimento focado na administração pública regional e nas obras públicas, podemos dizer, sem qualquer dúvida que esse modelo de desenvolvimento acabou, necessitamos de novas soluções para os problemas estruturais permanentes.

Não afirmamos isto apenas agora. Os Madeirenses e Porto-santenses entendem melhor do que ninguém que uma Região sem oportunidades, sem capacidade de criar novas empresas, sem capacidade de fixar os seus mais jovens e mais qualificado, é uma Região sem futuro.

Tanto em 2019 como em 2023, o PS Madeira apresentou programas eleitorais que vincavam muito bem as nossas diferenças relativamente ao atual regime, mas, acima de tudo, apresentava um plano de desenvolvimento inovador e arrojado, a pensar na Madeira para as próximas décadas.

Uma Região sustentável, modernizada, com uma economia pujante e diversificada, políticas sociais que tenham como pilares o aumento dos rendimentos das famílias e a redução das desigualdades, políticas ambientais com foco na conservação e na valorização do nosso património natural único.

Subscrevemos totalmente o programa eleitoral do PS Madeira apresentado nas últimas eleições regionais, as suas prioridades e os seus objetivos, e pugnaremos pela sua defesa no nosso discurso político e, em particular, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

A Madeira precisa de uma mudança. Esse é o nosso compromisso: tudo fazer para mudar a nossa Região.

Já é altura de colocarmos um ponto final em quase 50 anos de uma governação do PSD desastrosa, que tem ignorado sistematicamente os problemas reais dos Madeirenses, perpetuando os interesses desde há muito instalados na Região. Os baixos salários, a desigualdade, a pobreza, o frágil acesso à saúde e à habitação não podem ser a sina dos Madeirenses e Porto-santenses.

Desenvolvimento Solidário

Priorizar a intervenção e combate à pobreza e exclusão social, e transitar de uma política assistencialista para uma política social que capacite as pessoas. Na Madeira, mitiga-se ou disfarça-se a realidade, recorrendo-se a organizações instrumentalizadas pelo governo regional, como são exemplo as casas do povo. Criam-se dependências a quem não se deseja prover de mais formação, mais emprego, melhores rendimentos e uma capacidade empreendedora. Este ciclo vicioso é apenas conveniente a quem deseja perpetuar-se no poder pelo poder.

Para os mais vulneráveis, no entanto, não podemos esquecer os importantes apoios sociais, que os retirem da situação de pobreza, aliadas a políticas que promovam a sua inclusão social, como a criação de emprego e formação.

Fortalecer e modernizar o sistema e as políticas de apoio social e inclusão na Região e garantir uma proteção social mais eficiente e abrangente para todos os cidadãos Madeirenses e Porto-santenses.





Economia e Rendimentos de futuro

Os parcos resultados e o insucesso nas políticas económicas da atual governação são visíveis e os dados o comprovam. É visível quando olhamos à elevada precariedade laboral, é visível quando olhamos ao aumento do risco de pobreza, aos baixos salários ou reduzido poder de compra, e é visível quando olhamos ao baixo índice de desenvolvimento regional e notável desigualdade social.

Partimos de uma visão progressista para a economia regional, focada no desenvolvimento económico, social e ambiental, que supere de forma sólida os desafios que uma região ultraperiférica enfrenta. Precisamos de uma economia solidária, justa e inclusiva, onde todos os cidadãos possam participar e beneficiar do desenvolvimento económico da Região e onde todos tenham a oportunidade de prosperar e contribuir para o bem-estar coletivo.

Queremos implementar uma mudança das políticas para uma valorização salarial dos trabalhadores, com estímulo à diversificação económica do tecido empresarial e redução de impostos por via do diferencial fiscal, fundamentais para que se possa transformar a realidade económica atual que se vive nesta Região.

Sustentabilidade

Na Região vários fatores têm sido menosprezados nas políticas regionais, o que nos conduz a um empobrecimento generalizado ou ao desenvolvimento de áreas pontuais, o que em nada contribui para um desenvolvimento sólido e sustentável da região, e os resultados estão à vista. A cultura, a educação, o desporto e a preservação ambiental são exemplos de áreas desconsideradas nos programas de Governo nestes quase 50 anos de governação, áreas estas essenciais para o desenvolvimento do espírito crítico, da saúde e bem-estar da população e do território, por exemplo.

A política ambiental como elemento determinante na gestão sustentável do território e dos recursos naturais contribui seguramente para a melhoria da qualidade de vida e segurança das pessoas, bem como para a modernização da economia.

A cultura deve ser encarada como um investimento para o conhecimento e construção de uma sociedade, a qual exige criatividade, reflexão e enriquece o património. É imperativo destacar as indústrias criativas, fornecendo-lhes apoio e estratégias adequadas. Urge igualmente proteger os bens culturais, ambientais e paisagísticos, e as atividades culturais na Madeira e Porto Santo.

Igualmente é necessária uma nova agenda que impulsiona o desenvolvimento da atividade desportiva na Região, acessível a todas as idades, incrementando a sua prática e promovendo a saúde e bem-estar físico e mental da população. Da mesma forma, impõe-se desenvolver uma nova agenda política para a juventude, para a educação e para a formação ao longo da vida, com incentivo à continuidade dos estudos, para além da escolaridade obrigatória, com iniciativas promotoras do acesso ao ensino superior e a outras formas de formação, bem como de incentivo à empregabilidade, empreendedorismo e participação cívica.

Só uma visão abrangente, transversal e multissetorial, olhando aos vários fatores condicionantes do desenvolvimento humano e territorial, poderão contribuir para o desenho de políticas e medidas em prol de um verdadeiro desenvolvimento sustentado e sustentável da nossa Região.

CONCERTAÇÃO, COOPERAÇÃO E COMPROMISSO

O nosso compromisso é um projeto a 4 anos. Estamos conscientes dos desafios, sobretudo eleitorais, mas estamos seguros de que somos a única solução de Governo na Madeira.

Contamos, por isso mesmo, com o contributo de todos: militantes, apoiantes, simpatizantes e todos aqueles que já não se identificam com as políticas do atual executivo madeirense. Somos um projeto aberto, inclusivo, sem preconceitos. Um projeto que conta com todos.

Juntos, vamos mostrar a nossa força, motivação e empenho para o futuro. Juntos, vamos traçar um novo rumo para a Madeira.

A nossa energia mobilizadora vai concretizar a mudança, vai provocar transformações sustentadas e sustentáveis. Com competência e confiança, mas também com humildade, queremos inovar e impactar a vida das pessoas.

Esta candidatura assenta em três grandes objetivos:

- Concertação de outras forças políticas;
- Cooperação com a sociedade civil;
- Compromisso com os Madeirenses e Porto-santenses.

As pessoas estão no centro das nossas prioridades.

A política tem de ser colocada ao serviço dos cidadãos e da sociedade civil, pois só assim conseguiremos mais justiça social, mais qualidade de vida e mais igualdade de oportunidades na nossa Região.

Vamos levar a Madeira para um novo ciclo de desenvolvimento. Isso faz-se através de um programa de reformas estruturais que transformem verdadeiramente a vida dos Madeirenses e apostando numa agenda com o foco no aumento dos rendimentos.

As nossas prioridades estão bem definidas:

- Dar respostas ao flagelo da Habitação;
- Melhorar a remuneração do emprego qualificado;
- Aumentar o salário médio;
- Melhorar o acesso à Saúde.

O PS é a esperança da Madeira. Somos a única força política capaz de devolver futuro à Madeira.

A Madeira ainda pode ser aquilo que desejamos. E o que desejamos é uma terra de igualdade de oportunidades. Uma terra que ofereça qualidade de vida e bem-estar a quem escolhe nela viver. Uma terra de justiça social. Uma terra que volte a puxar pelo nosso orgulho madeirense, de povo resiliente, com fibra.

Enfrentar os desafios políticos com frontalidade

Ao anunciarmos a candidatura à liderança do PS Madeira, estávamos ainda no rescaldo das Eleições Regionais e muito longe dos recentes acontecimentos que levaram à demissão das funções do Primeiro-Ministro e à decisão do Presidente da República de dissolver o Parlamento e convocar Eleições Legislativas antecipadas. Na altura era impossível prever a atual crise política e um momento como este, tão duro e difícil para o país e para o Partido Socialista. Mas, ainda que imprevisível, é este o contexto da nossa candidatura.

Estamos certos de que os portugueses, e em particular os Madeirenses, não desejavam esta situação, mas também estamos seguros de que a Democracia será capaz de encontrar as soluções necessárias para ultrapassarmos esta crise. Acima de tudo, é preciso seguir em frente e mostrar que o Partido Socialista tem a capacidade de se mobilizar com uma nova liderança.

Numa conjuntura internacional desafiante, marcada pela Guerra na Ucrânia e agora pelo conflito no Médio Oriente, o Governo da República, liderado pelo Partido Socialista, soube dar resposta ao país.

Os resultados estão à vista.

Portugal cresceu acima da média europeia e isso trouxe benefícios reais e concretos para os portugueses, como o aumento dos salários, das pensões, dos apoios solidários às famílias e aos mais desfavorecidos e dos rendimentos, por via do IRS. Em paralelo, a governação socialista conseguiu equilibrar as contas do país e consolidar uma trajetória de redução da dívida pública, num esforço internacionalmente reconhecido.

Em democracia temos de estar preparados para quaisquer desafios e o PS é um partido que sabe estar à altura dos desafios. Estamos completamente empenhados em mobilizar os nossos militantes e apoiantes para os próximos atos eleitorais.

Teremos primeiramente as eleições legislativas nacionais a 10 de março, com uma nova liderança do PS a nível nacional, onde o novo Secretário Geral será candidato a Primeiro Ministro, sendo que caberá à Comissão Política do PS Madeira decidir a lista de candidatos a apresentar aos Madeirenses e Porto-santenses pelo nosso círculo

eleitoral. Uma lista de candidatos comprometida com o projeto do PS Madeira e orientações estratégicas dos seus Órgãos legitimante eleitos.

Teremos igualmente eleições para o Parlamento Europeu no dia 9 de junho, sendo que desejamos que a Madeira volte a ter um representante em lugar elegível na lista do PS.

Já em 2025 teremos as eleições autárquicas.

São um enorme desafio para o PS Madeira, pelo que representam, pelo número de candidatos que mobiliza, pela importância que as autarquias têm na vida das pessoas, na execução de políticas sociais de proximidade e no desenvolvimento do território.

O PS Madeira está aberto ao diálogo com outros partidos, de modo a concertar posições comuns e possíveis coligações pré-eleitorais nos concelhos onde se considere que será uma mais-valia para a população.

Respeitaremos igualmente as posições das Comissões Políticas Concelhias, enveredando por um trabalho coordenado para apresentar as melhores listas de candidatos em todos os concelhos da Madeira. Todas as decisões serão tomadas no âmbito dos órgãos próprios do partido, a nível concelhio e regional, nos termos dos nossos Estatutos.



AUTONOMIA PARA O PRESENTE E FUTURO

Reforçamos a nossa principal mensagem que levámos ao XXIII Congresso Nacional numa Moção da qual tive a honra de ser o primeiro subscritor: somos unanimemente Autonomistas.

Foi como resposta às aspirações dos Madeirenses e Açorianos, e com a intervenção decisiva do Partido Socialista, que a Constituição da República Portuguesa de 1976 consagrou a Autonomia do Arquipélago da Madeira e dos Açores.

Pela primeira vez na História de Portugal, a Democracia nascida em abril de 1974 teve a visão e a coragem de estabelecer a Autonomia Regional em benefício dos Arquipélagos da Madeira e dos Açores, depois desenvolvida e operacionalizada pelo Estatuto Político-Administrativo.

Fruto da Constituição e do Estatuto Político-Administrativo, as Regiões Autónomas dispõem hoje de Autonomia político-legislativa, administrativa, financeira, económica e fiscal.

O artigo 40º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira dá aos Madeirenses a possibilidade de legislar sobre os mais variados setores de atividade, no total de 42 áreas. Para além destas, o nosso Estatuto Político-Administrativo reconhece aos Madeirenses Autonomia em quaisquer outras matérias que digam respeito exclusivamente à Região, ou que nela assumam particular configuração.

A pedra basilar da Autonomia Regional é a Solidariedade Nacional. É essa solidariedade com as Regiões Autónomas que está consagrada na Constituição da República Portuguesa, que une todos os Portugueses e os torna parte integrante desta nação soberana.

Se estes são os princípios basilares onde certamente há consenso regional entre as diversas forças partidárias, não contem com o PS Madeira para suportar os maniqueísmos do partido que há décadas usa e abusa do seu poder no Governo Regional para manipular os termos da Autonomia, a sua relação com a República e os proveitos mútuos que esta relação constitucional deve e pode beneficiar.

Por outro lado, observa-se o total descrédito deste regime quando afirma uma coisa na Madeira, mas defende o contrário na República, subjugando-se ao centralismo do seu partido.

Basta lembrar o triste processo da revisão Constitucional que estava em curso na Assembleia da República, antes do anúncio da dissolução da mesma, onde o PSD da Madeira claudicou totalmente à sua direção nacional, e apoiou propostas totalmente humilhantes para a Autonomia.

Como é possível um partido dito autonomista propor substituir o Representante da República por um Mandatário da República? Ninguém pode defender tal proposta, mas assim fez o PSD Madeira.

Aquilo a que assistimos neste momento do atual regime na Madeira é uma total ausência de rumo para a Autonomia, é também a subjugação total da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira aos interesses de um partido, a quem falta neste momento um projeto político autonómico.

Na verdade, assistimos à total desacreditação do principal Órgão de Governo Próprio representante da nossa Autonomia, com intervenções políticas vazias e de baixo nível, tentando esvaziar a importância da ALRAM em proveito de uma maior preponderância do Governo Regional.

É uma lógica retorcida onde não se valoriza os órgãos de poder próprio da Região, onde se reduz o discurso político à boçalidade, onde não se aprova legislação própria da Região nos termos que vão ao encontro das competências proporcionadas pelo Estatuto Político-Administrativo da RAM. Limitamo-nos a adaptar a legislação da República.

Sendo que a discussão da Autonomia não se esgota nas burocracias legislativas, temos de aperfeiçoar os instrumentos autonómicos que as Regiões Autónomas têm ao seu dispor e avançar em áreas onde, ao contrário de outras regiões do País, ainda não conseguimos atingir objetivos de desenvolvimento, como é o caso da educação, igualdade e desenvolvimento social.

Afirmamos também nesta Moção o futuro que queremos para a Autonomia, os desafios que enfrentamos e as propostas políticas que pretendemos apresentar.

Uma Região alinhada com as prioridades Europeias

Considera-se que é necessário mobilizar todos os recursos necessários – investimentos e reformas – para sair da crise económica e social, para melhorar a resiliência da Europa face a futuras crises e para fortalecer a competitividade da economia europeia. Uma Europa apoiada no crescimento sustentável e inclusivo, no trabalho digno e na justiça social, dedicando especial atenção ao empoderamento ambiental, digital e tecnológico dos trabalhadores, das empresas e das instituições, nomeadamente no que diz respeito às pequenas e médias empresas e aos serviços públicos.

Reforçar a coesão territorial e social, envolvendo as várias instâncias de governação – europeias, nacionais, regionais e locais –, com enfoque nos setores, grupos e territórios com fragilidades estruturais profundas e sujeitos a transformações rápidas e relevantes, apoiando simultaneamente a consolidação dos serviços e das infraestruturas essenciais.

Promover o diálogo social autónomo como componente estrutural do Modelo Social Europeu e reforçá-lo aos níveis europeu, nacional, regional, setorial e empresarial, tendo em vista, nomeadamente, garantir um enquadramento que possibilite a negociação coletiva por parte dos Estados-Membros, com os seus vários modelos vigentes.

Promover a igualdade de género, pondo fim às diferenças salariais entre homens e mulheres e assegurando o direito a salários iguais para trabalhos de valor igual.

Desenvolver políticas públicas que, nos vários níveis adequados, reforcem a coesão social, lutem contra todas as formas de discriminação, incluindo no mundo do trabalho, e promovam oportunidades iguais para todos, dirigidas nomeadamente às crianças que vivem em risco de pobreza, às pessoas idosas, às pessoas com deficiência, às pessoas migrantes, aos grupos desfavorecidos, às minorias e às pessoas sem abrigo.

Revemo-nos totalmente nestas abordagens, e se porventura no papel as instituições regionais afirmam-se alinhadas no mesmo objetivo, os resultados concretos e objetivos da Madeira deixam muito a desejar no que concerne ao cumprimento destas ambições europeias, transversais a todos os países e regiões.

Lei das Finanças Regionais e Estatuto Político-Administrativo

Defendemos a revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas o mais urgente possível na Assembleia da República, após a respetiva aprovação e consensualização das Assembleias Legislativas da Madeira e dos Açores.

Entre as matérias consideradas fundamentais pelo Partido Socialista para a revisão desta legislação sublinham-se:

- O aumento do diferencial fiscal;
- A igualdade de tratamento entre as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, salvaguardando as necessárias diferenças entre as mesmas a nível económico e sociogeográfico;
- Alterações aos limites de endividamento e transferências do Fundo de Coesão;
- A capitação do IVA sem ajustamento ao diferencial, como já foi assente em anteriores versões da Lei;
- A introdução de novas exceções aos limites de endividamento das Regiões Autónomas;

- A revisão da fórmula de cálculo do Fundo de Coesão previsto no artigo 49.º da LFRA;
- A ampliação do poder de adaptação do sistema fiscal nacional à realidade regional;
- O reforço da articulação entre o Estado Português e as Regiões Autónomas, tendo em vista a adoção de medidas específicas que promovam o desenvolvimento económico destas ao abrigo do disposto no artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Estas serão matérias defendidas pelo Partido Socialista, visando uma melhoria da legislação que beneficie o desenvolvimento e as relações financeiras entre o Estado e as Regiões Autónomas e em acordo com as propostas de revisão da Lei aprovadas pela ALRAM e ALRAA.

Será necessário trabalhar pelo maior consenso possível e obter um acordo entre a Madeira, os Açores e a Assembleia da República.

Nesta legislatura importa igualmente incluir as prioridades legislativas do Partido Socialista a revisão ao Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira.

No que concerne à revisão constitucional, o Partido Socialista defenderá a eliminação da referência ao “interesse específico” da Região (cfr. artigos 227.º, n.º 1, alínea v) e 232.º, n.º 2); a clarificação dos poderes de gestão, pelas Regiões Autónomas, do domínio público marítimo do Estado, e a eliminação do cargo de Representante da República, com atribuição dos poderes de veto e fiscalização preventiva para o Presidente da República.

No Estatuto Político-Administrativo - lei fundamental da Autonomia - reveste-se de particular importância a adaptação do seu texto à revisão constitucional de 2004 que ampliou o poder legislativo regional.

O Partido Socialista compromete-se com a eliminação da referência ao interesse específico, sendo que desde a revisão de 2004, as Regiões Autónomas podem legislar sobre todas as matérias que não estejam no âmbito da reserva absoluta ou relativa da Assembleia da República.

Defenderá ainda:

- 1.** A eliminação da referência às “leis gerais da República”;
- 2.** A eliminação de normas desnecessárias ou contidas em preceitos constitucionais, pois o Estatuto não deve repetir normas constitucionais (cfr., por exemplo, artigos 97.º a 100.º do Estatuto);

3. A remoção de todas as normas com conteúdo jurídico-financeiro, uma vez que não têm natureza estatutária (Cfr., por exemplo, artigos 101.º a 122.º do Estatuto);
4. A alteração do regime de incompatibilidades e impedimentos dos deputados à Assembleia Legislativa que apenas pode ser feita através da revisão do Estatuto;
5. A clarificação do estatuto dos titulares dos órgãos de governo próprio da Região;
6. A inclusão de normas relativas à articulação da Região Autónoma da Madeira com a União Europeia, densificando o disposto no artigo 22.º, n.º 1, alínea x) da Constituição, nomeadamente a possibilidade de a Região Autónoma proceder à transposição de diretivas (já prevista no artigo 112.º, n.º 8 da CRP desde 2004); a garantia de um maior envolvimento da Assembleia Legislativa com a Assembleia da República, nomeadamente à luz do previsto no artigo 12.º do Tratado da União Europeia; a definição do critério de escolha do representante da Região no Comité das Regiões; a afirmação da participação da Região na tomada de decisões da UE que envolvam as regiões ultraperiféricas (cfr. artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia);
7. O reconhecimento, no Estatuto, do Conselho Económico e da Concertação Social;
8. A regulação de referendos regionais, termos e prazos da iniciativa popular do referendo, e as demais condições de formulação e efetivação, bem como matérias que estejam excluídas do âmbito potencial do referendo ou exemplos do que possa ser considerado “interesse regional”;
9. A eliminação do cargo de Representante da República.

A importância das Comunidades Portuguesas

Portugal tem perto de um terço da sua população a residir fora do seu território. Os nossos 5 milhões de portugueses e lusodescendentes no estrangeiro, nos quais incluem muitos Madeirenses, proporcionam um potencial tremendo e crucial para a afirmação internacional da nossa Região e do nosso País.

A valorização da dimensão, da dispersão, do enraizamento, da afinidade a Portugal tem merecido particular atenção. Porque ao valorizar as nossas comunidades, ao reforçar os seus vínculos, estamos a afirmar a madeirensidade e a portugalidade, a reforçar o orgulho e a contribuir para um Portugal ainda maior.

Esse potencial, esse Portugal ainda maior, está explícito no Roteiro “Portugal No Mundo: Caminhos Para Valorização das Comunidades Portuguesas”, que se tem realizado pela nossa diáspora, colocando em evidência uma série de áreas que permitem reconhecer a importância dos portugueses na afirmação do nosso país no mundo. Em especial o papel do associativismo, da cultura e da língua portuguesa, a ligação aos jovens, a ciência, a tecnologia, a criatividade e a inovação.

A nossa diáspora abarca dimensões diversificadas e um potencial humano que se mede também no plano económico. Com expressão, desde logo, nas remessas das comunidades que representam 1,7% do nosso PIB. Mas um potencial com expressão no investimento em Portugal, no aumento das exportações e na internacionalização das empresas nacionais através da rede de portugueses e lusodescendentes pelo mundo. Uma rede de potencial estratégico para a economia portuguesa. Bem sabemos do protagonismo da diáspora no mercado da saúde, na exportação dos produtos portugueses, muitas vezes através de cadeias de comercialização próprias. E também, no mercado do orgulho e da herança, na atração de investimento externo e de turismo para Portugal. A este valor estratégico a nível económico, junta-se o valor cultural, o valor político e o valor humanista.

Sendo um ativo estratégico da máxima importância, na Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas foi concretizada nesta legislatura o aprofundamento do vínculo com o nosso país, não apenas nos países onde as nossas comunidades se instalaram, mas também em Portugal. Tomaram-se decisões que resolveram problemas com décadas, capacitaram-se e empoderaram-se pessoas, inovou-se e promoveu-se o ensino da Língua e da cultura portuguesas, melhoraram-se e modernizaram-se os serviços consulares.

A nível social, reforçou-se o apoio aos idosos carenciados e aos emigrantes carenciados, tendo sido auxiliados o maior número de pessoas no âmbito dos programas do ASIC e do ASEC. Como países de intervenção prioritária identificaram-se no programa de governo a Venezuela e a África do Sul. Na Venezuela em particular foi nomeado um adido social e criou-se o conselho social, juntando-se as medidas de isenção de pagamento de emolumentos consulares e tendo-se aumentado o apoio ao associativismo. No total o governo português investiu na Venezuela e na área social o valor de 2,5 milhões de euros. Na África do Sul procedeu-se ao mapeamento social, de modo a identificarem-se pessoas com carências sócio-económicas e assim mais facilmente fazerem-se chegar os apoios. Naqueles dois países os alunos do ensino português estão isentos do pagamento de propinas.

A nível do movimento associativo português no estrangeiro, este ano atribuiu-se a maior verba para apoios a projetos, no valor de 1 milhão de euros.

O Ensino Português no Estrangeiro, na vertente de Língua e Herança, viu a sua expansão em 17 países robustecida com 325 docentes para o ano letivo 2023/2024,

o maior número dos últimos anos e com o menor número de horários incompletos, com um orçamento que ultrapassa os 31 milhões de euros. Isto para responder a um crescente número de alunos, que se cifra nos 72 mil alunos. No quadro do PRR, avançamos com o projeto de digitalização do ensino, cuja taxa de execução ultrapassa os 80%, num investimento de 17 milhões de euros, com o objetivo de disponibilizar um ecossistema digital, com uma plataforma e 24 mil tablets com conteúdos que ampliam o domínio da nossa Língua pelas novas gerações.

A forte ligação a Portugal efetivou-se com a aposta na implementação e reforço do Programa de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID), que já permitiu disponibilizar cerca de 13,5 milhões de euros em incentivos financeiros. Criámos a Rede de Apoio ao Investidor da Diáspora (RAID), que junta 15 áreas governativas a 311 entidades do ecossistema empreendedor local e regional: 248 municípios, 20 Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas, 8 agências de investimento, 35 associações. Realizou-se o I e II Fórum dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e Investimento da Diáspora e a primeira edição dos ENCONTROS PNAID.

Nos serviços consulares implementou-se medidas que permitiram uma maior simplificação, acessibilidade e celeridade dos serviços da nossa rede externa. Os resultados têm sido evidentes: terminaremos 2023 com um volume de atos consulares superior a 1 milhão e 780 mil, ultrapassando os atos praticados antes da pandemia, nomeadamente nos anos de 2018 e 2019. Devemos ter orgulho em ter alcançado um acordo histórico com a estrutura sindical que representa os trabalhadores dos serviços consulares, que permitirá uma valorização salarial média de 70% no primeiro nível remuneratório e de 27%, comparando os 57 níveis remuneratórios entre si, sendo que está assegurada a retroatividade a janeiro de 2023. Esta importante vitória que possibilitou que todos os trabalhadores fossem aumentados permitirá captar e reter funcionários nestes serviços tão importantes para os nossos emigrantes. No presente, temos ao serviço o maior número de trabalhadores desde há 10 anos.

O lançamento do Consulado Virtual, que permitiu o reforço e diversificação dos canais de atendimento, terá no ano 2024 o início da sua evolução, de modo a permitir no futuro mais atos consulares, nomeadamente os que requerem o pagamento desses atos.

O alargamento da cobertura e das valências do Centro de Atendimento Consular (CAC), que já processou mais de 2,1 milhões de contactos, com um total de investimento de quase 14 milhões de euros, prosseguirá o seu alargamento, integrando em 2024, a Alemanha e a Áustria.

Na aposta da melhoria dos serviços, adquiriram-se 2 mil computadores que renovarão os postos, num investimento de 3 milhões de euros. O reforço dos meios do Gabinete de Emergência Consular, tão importantes em casos particulares ou em ações de maior envergadura como a retirada de portugueses de situações

como o sismo em Marrocos ou o conflito entre Israel e a Palestina, terá em 2024 uma novidade com a evolução para um Centro de Gestão de Crises.

A nossa Diáspora é a riqueza do país. É a extensão humana, real e viva de Portugal.

Um Portugal que queremos cada vez mais próximo, enraizado, com laços fortes à nossa cultura e à nossa língua. A nossa diáspora faz com que Portugal seja mais. Seja melhor.

Sair do seu país implica coragem, ambição e resiliência. E essas são características intrínsecas das comunidades portuguesas espalhadas por esse mundo fora.

A nossa diáspora é otimista, acredita e junta o engenho, a capacidade de adaptação e trabalho para vingar nas mais diferentes áreas, nas mais diferentes culturas, nos mais diferentes países e perante os mais diferentes obstáculos e dificuldades.

Como refere o Cardeal José Tolentino Mendonça, “temos de escutar melhor a diáspora, se quisermos compreender e potenciar o país que somos”.



O NOSSO PARTIDO

Concelhias e Secções

As estruturas de base são o núcleo do nosso partido, elemento-chave da nossa organização. Sente-se uma grande motivação para o trabalho que temos pela frente, uma enorme vontade dos nossos militantes em empreender um novo ciclo político, com uma oposição acérrima ao PSD Madeira e com a preparação de um projeto de desenvolvimento regional no qual os Madeirenses e Porto-santenses se revejam, contando com todos os militantes e simpatizantes, com novos apoiantes e com um ideário para governação muito claro e diferenciador em relação ao atual regime.

Respeitaremos sempre, no cumprimento pleno dos nossos Estatutos, a organização própria das Concelhias e das Secções, e trabalharemos em coordenação na preparação das próximas eleições autárquicas, procurando os melhores candidatos para as nossas listas, cidadãos competentes e qualificados que saibam interpretar os nossos princípios, os nossos valores e o projeto de mudança que queremos para a Região.

Iremos promover ações de formação autárquica, de formação política geral e de comunicação para as nossas estruturas de base. Consideramos que a valorização da nossa militância é uma mais-valia para a qualificação do nosso partido, para termos candidatos mais bem preparados e eleitos prontos, seja nos executivos, seja na oposição.

Promoveremos uma coordenação estreita com os nossos Presidentes de Concelhia, de modo a periodicamente analisarmos a situação política local, e definirmos as estratégias necessárias para desenvolvermos uma atividade política dinâmica e que vá ao encontro das necessidades da população.

Mulheres Socialistas – Empoderamento e Igualdade

As Mulheres Socialistas da Madeira têm desempenhado um trabalho estruturante na priorização das políticas de igualdade e empoderamento das mulheres no âmbito do PS Madeira. É com particular orgulho que podemos afirmar que as Mulheres Socialistas têm tido um papel determinante no nosso partido e na nossa sociedade, nas linhas de atuação política para os direitos humanos, para a igualdade e não discriminação, com um olhar particular sobre as desigualdades económicas e sociais ainda sentidas pelas mulheres de forma acrescida, nomeadamente a sua sub-representação na participação política e cívica.

A paridade, almejada há décadas, é um princípio do qual não abdicaremos, no respeito aos artigos 9º e 13º da Constituição da República Portuguesa. Defendemos que a participação de todos e todas na vida política da nossa Região, de forma igualitária na tomada de decisão, é essencial para um desenvolvimento sustentável e crescimento económico.

O PS Madeira é um exemplo nacional há vários anos, em linha com a ação progressista do Partido Socialista. A atual “lei da paridade” resultou da aprovação do projeto-lei 224/X do Partido Socialista, em 2006, tendo-se iniciado este processo de maior envolvimento das mulheres na vida política e partidária no Partido Socialista, com investimento na sua maior participação nas estruturas internas do partido e nas assembleias eleitas.

No PS Madeira todos e todas contam. Desde a paridade das listas, ao facto de termos eleito a primeira mulher Presidente de Câmara Municipal na Região, à enorme participação e candidaturas de mulheres nas autarquias, e nas estruturas de base do partido, secções e concelhias, com o relevante papel que consecutivamente se tem dado à estrutura das Mulheres Socialistas da Madeira. Essa relevância será igualmente vertida em melhores condições de apoio logístico e financeiro, de modo que possam executar e prosseguir com o seu próprio programa político democraticamente adotado.

Acreditamos que só conseguiremos almejar uma sociedade menos desigual, com igual participação política de homens e mulheres. E perante a resistência à direita para adaptação regional da Lei da Paridade, acreditamos que dar exemplo no nosso partido gerará pressão nos demais partidos e na nossa sociedade.

O nosso compromisso é dar destaque às nossas militantes, aos cargos dirigentes que ocuparem, e lutaremos todos juntos, pois as suas causas são as causas de todos. Somos e seremos sempre um exemplo no que concerne à igualdade de género e ao empoderamento das mulheres na sociedade madeirense.

Juventude Socialista – para uma Região de oportunidades

O retrato relativamente à fixação de jovens na Madeira é um quadro negro. As limitadas oportunidades de emprego na Região, derivado de um modelo económico de vistas curtas, mono setor, e que não se liberta de alguns interesses empresariais, tem levado não apenas a uma elevada taxa de desemprego jovem, mas a uma elevada taxa de abandono da Região, procurando melhores condições de vida, seja no continente seja no estrangeiro.

Sendo certo que não afeta exclusivamente os mais jovens, é uma realidade que ninguém simplesmente pode tentar “varrer para debaixo do tapete”, como se não existisse ou não afetasse seriamente o futuro da Madeira, seja em termos económicos seja demográficos.

Esta é uma causa estruturante. Como dinamizamos setores de atividade que consigam criar empregos de qualidade e bem remunerados, como diversificamos e desenvolvemos novos setores económicos que possam alavancar novas oportunidades, como aproveitamos os nossos recursos endógenos para conseguir impulsionar ainda mais os nossos setores tradicionais, e que continuarão a ter uma grande importância no nosso tecido económico e empresarial.

Como Região Ultraperiférica iremos padecer sempre de dificuldades inerentes à nossa condição insular, do nosso distanciamento relativamente ao continente, aos centros industriais e logísticos. Mas temos de imprimir políticas públicas que vão no sentido de atenuar essas realidades, e afirmar sem reservas que a Região Autónoma da Madeira quer que os seus jovens trabalhem cá, vivam com as suas famílias, recebam rendimentos e contribuam para o crescimento da sua terra.

Contamos com uma Juventude Socialista que faça destes combates a sua bandeira, que tenha uma dinâmica de atrair novos quadros, sejam jovens em idade de secundário, universitário ou que já tenham começado a sua vida ativa de trabalho. Queremos uma JS que seja um exemplo para a juventude madeirense, que com as suas causas, com as suas bandeiras, com a sua atividade dinâmica, consiga atrair a maioria de jovens que se encontram descontentes com o atual estado de coisas, que não se conforma com o atavismo, com a paralisação, com a falta de inovação que o atual regime de poder infelizmente nos amarra a todos.

Daremos as condições necessárias para que a Juventude Socialista, na sua autonomia estatutária, na sua autonomia de atividade, e na plena liberdade das suas convicções e decisões democráticas, consiga desempenhar esse papel e continue a ser preponderante para o crescimento do partido e dos seus resultados eleitorais, seja a nível local, regional ou nacional.

Núcleo das Comunidades

Conseguimos nos últimos anos dinamizar o núcleo das comunidades, com um crescimento no número de militantes com origem nas nossas comunidades, e com várias iniciativas de debate e discussão sobre quais devem ser as políticas regionais de apoio aos regressados da emigração, bem como o apoio da Região a quem mais necessita na diáspora.

É objetivo não só continuar esse bom trabalho, mas reforçar os meios de apoio a este núcleo, de modo a incluir cada vez mais militantes e apoiantes com foco na dinamização do trabalho junto das famílias com mais dificuldades, nos jovens que procuram melhores condições e também na adaptação a um novo contexto social e económico.

Nunca nos podemos esquecer das razões que levaram milhares dos nossos concidadãos a emigrar, por falta de oportunidades na sua terra, na sua Madeira, e que agora regressam esperançados em encontrar outras condições de vida, outra qualidade de vida.

Continuamos infelizmente a perpetuar um modelo económico que penhora as oportunidades, agrava as desigualdades e aumenta os níveis de pobreza. Continuamos a ver Madeirenses a sair para a emigração em busca de uma vida melhor. Foram 17 mil só na última década, e todos os anos continua.

O núcleo das comunidades tem, assim, um papel fundamental no nosso trabalho partidário, seja na organização de iniciativas, seja no trabalho de proximidade, é e será absolutamente relevante na definição das políticas regionais que temos de defender para um acolhimento com qualidade, com medidas públicas ativas, de todas e todas aqueles que querem regressar à Madeira.

Tendência Sindical

A valorização do Trabalho é uma prerrogativa do Partido Socialista. Está na nossa génese, está na nossa matriz desde a fundação do partido em 1973, está no papel que desempenhámos contra a unicidade sindical, da sua crescente democraticidade, e nas políticas concretas que aprovámos ao longo dos anos no País, de valorização de salários, rendimentos, alargamento de direitos, de desenvolvimento de políticas sociais e laborais que são hoje um exemplo europeu.

Na última legislatura o Governo da República e a Assembleia da República desempenharam um trabalho extraordinário de valorização da concertação social, que resultou na aprovação da Agenda do Trabalho Digno e no Acordo de Competitividade e Rendimentos, que possibilitou o aumento histórico do salário mínimo e de aumentos salariais generalizados acima da inflação.

Um trabalho de enorme mérito que fez com que Portugal fosse um dos três únicos países da Zona Euro cujos salários médios cresceram acima da inflação. Isto significa que os portugueses não perderam poder de compra no meio de uma crise económica complexa. Pelo contrário, foram um de três países, os restantes sendo a

Bélgica e o Luxemburgo, que conseguiram um aumento real dos seus rendimentos. O Partido Socialista tem um legado histórico na defesa dos direitos dos trabalhadores. É um legado que queremos consolidar na Região Autónoma da Madeira.

O crescimento da Tendência Sindical do PS Madeira é uma das grandes prioridades do nosso mandato. Queremos não apenas ter mais militantes ativos no meio sindical, mas também queremos que seja possível a sua organização, firmando uma visão estruturada do movimento sindical regional, tendo em conta aqueles que são os nossos objetivos políticos de termos uma sociedade menos desigual, com melhores empregos, melhores salários, e dignificação das carreiras e da administração pública.

Ao contrário do regime que nos governa há quase cinco décadas, não queremos instrumentalizar sindicatos, nem queremos que estes se tornem caixas de ressonância dos diretórios partidários.

A liberdade sindical, o seu trabalho autónomo e a valorização da concertação social regional são bandeiras que defenderemos com protagonistas que sejam intérpretes destes nossos princípios.

Academia PS e Gabinete de Estudos

Duas iniciativas que valorizamos e que queremos continuar nos próximos anos. A Academia PS e o trabalho desenvolvido no Gabinete de Estudos foram cruciais no crescimento do PS Madeira, e queremos que continuem a ser plataformas de debate, de atração de novos quadros e de estruturação de um programa político regional que consiga estar à altura dos desafios eleitorais que teremos, nomeadamente as eleições autárquicas e as eleições regionais.

Coordenação Parlamentar

A ação parlamentar, seja na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, seja na Assembleia da República, seja no Parlamento Europeu, tem um papel fundamental na afirmação do projeto do PS Madeira na sociedade.

Teremos sempre como ponto fundamental uma coordenação efetiva entre os eleitos, na definição de uma estratégia política concertada, e com uma agenda transversalmente comum, tendo em conta as prioridades definidas pelos órgãos próprios do PS Madeira.

Coordenação Autárquica

Tendo em conta o desafio das eleições autárquicas em 2025, a necessária e complexa mobilização de pessoas e meios para preparar as mesmas, iremos constituir uma equipa de coordenação autárquica para começar a definir todos os aspetos e estratégia respeitante a esse sufrágio.

Sabemos a importância de uma boa coordenação entre diferentes estruturas, entre os atuais eleitos, e entre futuros candidatos para umas eleições autárquicas bem organizadas. É fundamental uma boa articulação para a organização da campanha, da comunicação e da logística das eleições. Todo o trabalho prévio até à campanha é fundamental, incluindo a preparação antecipada do próprio ato eleitoral, nomeadamente membros das mesas de voto e delegados.

Empreenderemos todas as reuniões, formações e esforços de coordenação para que seja um processo bem organizado e os nossos candidatos tenham todas as condições para empreender candidaturas de sucesso.

MADEIRA, A NOSSA CAUSA

Somos o partido fundador da Autonomia. Somos o partido defensor da Democracia, cuja conduta assenta nos princípios da igualdade e da solidariedade.

Ao longo destes quase 50 anos, o tempo mostra-nos que temos estado sempre do lado certo da história. Em quase meio século, soubemos encontrar alternativas e apresentar propostas. Tivessem elas sido implementadas e teríamos hoje uma Madeira bem melhor. Temos um legado rico, de que muito nos devemos orgulhar. E é este património tão diversificado de pessoas e de ideias que quero honrar.

Estamos completamente empenhados em mobilizar os nossos militantes e apoiantes para os próximos atos eleitorais.

Encontrarão uma liderança forte, entusiástica e convicta do nosso projeto, dos nossos princípios e da nossa Autonomia. Queremos aprofundá-la, mas queremos, antes de mais, fazer uso pleno dela.



Primeiro subscritor e candidato a
Presidente do Partido Socialista da Madeira

Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo

Militante nº 176103 –
Secção de São Martinho – Federação da Madeira

PELAS PESSOAS, A NOSSA CAUSA





PS
MADEIRA

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

PELAS PESSOAS, A NOSSA CAUSA

PAULO ALEXANDRE NASCIMENTO CAFÔFO

